

# Engenheiro Antonio Rodrigues Ribeiro e sua prática profissional na Bahia setecentista

*Eugênio de Ávila LINS*<sup>1</sup>

É consenso entre os estudiosos da arquitetura e da cidade que é inviável realizar a historiografia desses temas, particularmente no contexto do patrimônio mundial de origem portuguesa, sem o aprofundamento nas questões que envolvem a engenharia militar. A cada momento que as pesquisas avançam são identificadas, cada vez mais, as diversas atividades exercidas pelos engenheiros militares no Mundo Colonial Português, como também é conhecida a trajetória da formação profissional desses homens que cruzaram mares e concretizaram seus “riscos” nos diversos continentes.

Nosso contato com o Engenheiro Antonio Rodrigues Ribeiro se deu na ocasião de nossa pesquisa para o doutoramento<sup>2</sup>, quando da investigação no Arquivo do Mosteiro de São Sebastião da Bahia, que referencia o autor do projeto do novo mosteiro. O Mosteiro de São Sebastião da Bahia iniciou o século XVIII com um grandioso empreendimento: a construção de um novo mosteiro, que compreendia os espaços destinados ao dormitório, claustro, refeitório e demais oficinas.

O “Estado” do triênio de 1700/1703, período em que o mosteiro esteve sob o governo de Dom Abade Frei Francisco de Chagas, dá a conhecer o início das obras e informa que a planta do novo edifício foi realizada por um Capitão Engenheiro<sup>3</sup>, do qual não informa o nome:

Fesse a planta do Mosteiro pella coal se deu de Mimo ao Capitão Injineiro huma caixa de asu-  
qua branco. Princepiou se o dormitorio que fica levantado athe // a altura do invigamento, do sotto  
no comprimento de hum salão e seis sellas digo sette sellas. Cuja obra foi avalliada pello Capitão  
Injineiro em dous contos coatro centos e sesenta e dous mil reis que sam seis mil cruzados e ces-  
senta e dous mil reis; e a quy se deo conta já a obra que, ficou feita o trienno passado o que tudo se  
vera com clareza pela medição e conta que fez o dito Capitão Injineiro (ADB-CSB, cód. 136, p. 90).

Diante dessa informação, procuramos identificar o Capitão Engenheiro que atuava na Praça da Bahia nesse período. O Capitão Engenheiro Antonio Rodrigues Ribeiro foi nomeado para o cargo de sargento-mór de engenheiro da Bahia, em 23 de janeiro de 1700, com o compromisso de ensinar as matérias de sua profissão na “Aula de fortificação”, criada em 1699 (VITERBO, 1904, v. II). A capacidade profissional desse oficial é referida por Viterbo (1904) como sendo de pouca “ciência”. Esse autor baseia-se em apenas um único documento do Arquivo Histórico Ultramarino, datado de 18 de junho de 1709, para emitir tal conceito: “Na praça da Bahia, sendo a principal e a cabeça do estado do Brasil, se acha somente por engenheiro o sargento-môr Antonio Rodrigues Ribeiro, de

<sup>1</sup> Professor Doutor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

<sup>2</sup> Durante o período de 1998 a 2002, realizamos a pesquisa sobre a arquitetura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil, para obtenção de grau de doutoramento na Universidade do Porto.

<sup>3</sup> Dom Mateus Ramalho Rocha (1997) faz referência ao Capitão Engenheiro em sua obra.

quem os governadores nunca tiveram grande openião de sua sciencia [...]” (VITERBO, 1904, v. II, p. 407).

Outros documentos encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino apontavam para um perfil profissional bastante eficiente e conhecedor das actividades de sua formação. Diante da evidente controvérsia relativa ao perfil profissional do Capitão Engenheiro, resolvemos aprofundar as pesquisas em torno dessa personalidade.

A investigação no Arquivo da Torre do Tombo, permitiu-nos encontrar registros de que o referido engenheiro solicitou, em 1700, o Hábito de Cavalheiro de Cristo, que lhe foi negado no processo de inquirição pelos membros da Ordem, mas que o Rei o outorgou, em função dos serviços prestados a Portugal<sup>4</sup>. No documento da inquirição, encontramos dados que versam sobre questões pessoais e profissionais, que permitem traçar o percurso desse profissional antes de sua chegada à Bahia:

El Rey nosso Senhor. Tento responder aos serviços de Antonio Rodrigues Ribeiro filho de Manoel Rodrigues Ribeiro do lugar das quatro legoas termo da Villa do Rabaçal obrados no 3º da Armada e província de Trás os montes, em praça de soldado Ajudante e Capitão Engenheiro por espaço de 16 annos dez mezes 16 dias continuados de 21 de abril de 681 the 11 de novembro de 699. e no referido tempo se embarcar no anno de 682 na Armada que foi a Villa Franca de Xira. O de 687 entrar em hum partido da Aula e no de 688 acompanhar a Luis Pimentel a província do Alentejo na qual, asestio aos dessenhos que forão necessários e de 689 passar a Ilha da Madeira em companhia do Ajudante Engenheiro Manoel Gomes Ferreira com o qual asestio aos dessenhos que se fizerão nas Villas daquela Ilha. E de 690 se embarcar na armada da costa e recolhendo deçça passar de Socorro a Mazagão onde asestio com Luis Pimentel aos dessenhos daquela praça the agosto de 691. No mesmo anno passar a Coimbra a hua deligençia de que foi emcarregado e de 692 passar com o posto de Ajudante Engenheiro a província do Alentejo de donde veyo de socorro ao Reyno do Algarve no de 693. E voltando a mesma província asestir na praça deo licença as fortificações della dando outros sy alguns avizos convenientes para se evitarem alguns descaminhos pertencentes as mesmas fortificações e passando com o mesmo posto de Ajudante a Província de Trás os montes se nella provido no posto de Capitão asestindo com grande zello e cuidado a todas as fortificações da mesma Província fazendo

<sup>4</sup> Documento de 05 de julho de 1702: “Por Vossa Magestade haver feito mercê do habito da Ordem de Nosso senhor Jezu Christo a Antonio Rodrigues Ribeiro de lhe mandarão fazer as provanças de sua habilitação, e dellas constou que em sua pessoa concorrem as partes pessoas limpeza, e qualidade pella via materna seu Pey e Avô paterno. Porem que seu Avo paterno foi Almocreve, e por este impedimento se julgou não estar capas de entrar na Ordem, do que se dá conta a Vossa Magestade; como governador, e perpetuo Administrador della na forma que o dispõem os Deffinitorios. Lisboa 5 de julho de 1702.” (TT – Habito da Ordem de Cristo, Letra A, maço52, nº82).

O documento da Mesa de Consciência e Ordem de 29 de novembro de 1702, traz a seguinte informação: “Senhor

Das provanças que se mandarão fazer a Antonio Rodrigues Ribeiro para receber a Ordem de Christo de que Vossa Magestade lhe fes mercê, de deu conta a Vossa Magestade pella consulta e que por este impedimento se julgara não capas de entrar na Ordem, e Vossa Magestade foi servido mandar responder que estava bem.

Recorreo a Vossa Magestade com huma petição, em que se refere que Vossa Magestade foi servido fazerlhe a muito do habito em satisfação de seu serviço relatado na copia da Portaria incluza e por que Vossa Magestade custuma dispençar em semelhante impedimento que de suas inquirições lhe rezultou de que a seu favor tem varios exemplos. E se achar Sargento mor Inginheiro da Praça da Baía.

Por a Vossa Magestade attendendo ao merecimento dos ditos serviços lhe faça mercê dispençarlhe o dito impedimento.

E por Vossa Magestade mandar que a dita petição se veja neste Tribunal, e se consulte o que parecer.

Sendo tudo visto.

Pareceo que Vossa Magestade faça mercê ao suplicante de dispençar com elle no dito impedimento por os serviços porque Vossa Magestade lhe fes a mercê do habito serem proprios.” (TT – Habito da Ordem de Cristo, Letra A, maço 52, n.82).

vários desenhos, e dando conta de se restringir o desenho da obra do ornaveique[sic] de Sancta Madalena da praça de Chaves que o Mestre de Campo Miguel de Lescol tinha desenhado fora do tiro de mosquete procedendo em tudo mas muito como devia, em satisfação de tudo. Há por bem fazer lhe mercê de trinta mil reis que effectivos em hum dos Almoxerifados do Reyno em que couberem sem prejuizo de 3º e não houver por hibição com o vencimento na forma da ordem de Vossa Magestade dos quaes lograra doze a titulo do habito da Ordem de christo que lhe tem mandado lançar. Lisboa 25 de fevereiro de 1700. Pedro Sanches Farinha. (TT – Habito da Ordem de Cristo, Letra A, maço 52, n. 82).

Em 6 de janeiro de 1695, o Engenheiro Antonio Rodrigues Ribeiro foi enviado, através de Alvará, para a Província de Trás dos Montes, para assistir suas fortificações. Por essa ocasião, ele encaminhou ao Conselho de Guerra – Junta dos Três Estados<sup>5</sup> –, para aprovação, a proposta de um novo desenho para a “Praça de Chaves”, visando corrigir alguns erros da proposta feita, anteriormente, pelo Mestre de Campo Miguel de Lascol do Hornaueque. A proposta foi analisada por diversos profissionais – Capitão Sebastião de Souza e Vasconcellos, o Lente Francisco Pimentel e Jerônimo Velho de Azevedo – que emitiram parecer favorável.

De sua atuação na Bahia, como primeiro lente da “Aula de Fortificação”, temos registros de sua preocupação constante com a formação de seus discípulos, registradas nas correspondências encaminhadas ao Conselho Ultramarino. Em carta de 18 de agosto de 1706, comunica ao Conselho que seus discípulos não tinham livros para suas aulas. A resposta encaminhada pelo Rei tem o seguinte teor:

Me pareço dizer vos que como muitos dos livros que são necessários para os desipullos dessa aulla se não achão nesta Corte se manda vir do Norte, e nesta ocasião se remetem os que comtão da Rellação que leva o Mestre, e se aviza ao Governador vollos manda entregar. Porem tem de entendido que estes livros sempre se hão de conservar na aulla de maneyra que sirvão de huns disipullos para os outroo. (AHU-CU, cód. 246, f.255)

Mais uma vez, em carta de 15 de julho de 1707, o Capitão Engenheiro solicita que seus discípulos não fossem colocados na guarda, nas horas de aulas e nas ocasiões em que realizassem as delineações e medições das obras, para que pudessem assistir a todas as atividades que envolviam a formação do profissional da engenharia militar (AHU-CU, cód. 246, f.231).

No que se refere à atividade prática do engenheiro, podemos destacar sua participação nas seguintes eventos:

No ano de 1703, o Padre Luiz de Souza Marques, Vigário da Igreja Paroquial de São Gonçalo da Vila de São Francisco do Conde, pediu esmolas ao Rei para a construção de uma nova igreja, em razão de a existente ser pequena, feita de taipa e encontrar-se em estado lastimável. O Rei solicitou ao Governador que examinasse a necessidade de uma nova construção e, em caso positivo, mandasse fazer uma planta para a nova edificação com o respectivo orçamento. Em resposta, no ano de 1705, o Governador informou ao Rei o péssimo estado da edificação existente, acrescentando que mandou o

<sup>5</sup> “Synopse dos Decretos Remettidos ao Extinto Conselho de Guerra desde o estabelecimento d’este tribunal em 11 de dezembro de 1640, até a sua extinção decretada em o 1º de agosto de 1834 archivado na archivo geral do ministério da guerra e mandado recolher no real archivo da Tombo em 22 de junho de 1865. Trabalho officialmente elaborado sob a direção do Tenente-Coronel de Infantaria do Exercito Cláudio da Chaby.” Lisboa, Imprensa Nacional, 1872, Volume III – 1667-1706.

Ingenheiro desta Praça Antonio Rodrigues Ribeiro, fazer o exame possível para ver se admitia algum concerto: mas como toda he de terra, e foi feita com limitadas esmollas, que para ella deram os freguezes, não está em estado de admitir nenhum concerto, antes he preciso, tratar logo de fazer nova Igreja pela indecência com que nella se celebrão hoje os officios divinos (...). Remmeteo a V. Magestade a rellaçam d'elle, assinada pelo Vigário que serve naquella Villa, e a planta do que se deve fazer, com o orçamento do seu custo. (APEBA – Ordens Régias, nº 283, f. 131).

É provável que o risco da nova igreja tenha sido de autoria do engenheiro Antonio Rodrigues Ribeiro, tendo em vista que as igrejas matrizes eram um elemento importante para a estrutura administrativa e religiosa do Estado Português e, em muitas situações, os engenheiros das praças eram os responsáveis pelos projetos dessas edificações, em razão de ser esta uma de suas atribuições.

. Na primeira década do setecentos, a antiga Sé da Bahia já apresentava problemas em sua estrutura, principalmente em seu frontispício e torres. Em correspondências trocadas entre o Governador Geral do Estado do Brasil e o Rei, está registrado: “[...] Engenheiro Antonio Rodrigues Ribeiro tinha dado conta, e com a insincais mandáveis aludir prontamente a ruyna do frontispício, e torre da see [...]”. (AHU – CU, cód. 246, f.273v).

. No ano de 1705, encontrava-se o engenheiro Antonio Rodrigues Ribeiro na Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, levantando a planta da respectiva Vila, situada na região do recôncavo baiano<sup>6</sup> (GOULART REIS, 2000, p. 320).

. Segundo Mendonça de Oliveira (2004), o engenheiro Antonio Rodrigues esteve sempre envolvido, desde sua chegada à Bahia, com as fortificações do Morro de São Paulo, situada no Arquipélago de Tinharé. Sua missão na fortaleza consistia em fazer vistoria de algumas obras, tais como a igreja de N. S. da Luz e a Casa da Pólvora, local em que morreu, em 1710.

A atuação do Capitão Engenheiro Antonio Rodrigues Ribeiro é registrada também em documentos de denúncia encaminhados ao Conselho Ultramarino, por diversas vezes, em que informava as improbidades administrativas cometidas pelas autoridades da cidade do Salvador.

A primeira é relativa ao preço e à qualidade das obras “Reais” realizadas por empreiteiros que, sem sua assistência, as executaram sem a perfeição necessária e elevaram em muito seu valor. Os documentos deixam transparecer que o Governador Geral não permitiu que o referido engenheiro assistisse às obras:

#### Para o capitão Engenheiro da Cidade da Bahia

Antonio Rodrigues Ribeiro V. Vi o que me escrevestes em carta de 20 de janeiro deste anno, aserca dos empreiteiros das obras Reais dessa cidade fazerem no trienio passado sem a vossa asistencia, pella qual rezão subirão a mayores pressos, e ficarão sem a perfeição necessaria, de que lhe duvidastes passar certidão sem que primeiro ps termos das suas a remataçoem, fossem examinados e havidos por correntes na forma do Regimento. E parececeo me dizer vos que ao Governador Geral desse Estado, mando avizar que deveis assistir as obras que se fazem das fortificaçoem dessa praça, para veres senão bem ou mal feitas, e fazeres emmendar as que vão com alguns defeitos de que lhe da/reis

<sup>6</sup> “Planta da Villa de N. S. Da Ajuda de Jaguaripe feita no anno de 1705 por ordem de S. D. Rodrigo da Costa G.olé Capp.am G. I. Do Estado do Brazil (...) B.a 17 de Agosto da era asima” (AHU – original manuscrito)

parte, e ao Procurador mor, e Procurador da fazenda para se emendar, e fazer que vão como convem, e quando for ao medir que assistaes vos a Francisco Pinheiro e o medidor das obras da Cidade, como está manda mandado. Escrita em Lisboa a 20 de setembro de 1706. = Rey = (AHU, cód. 246, fl. 220v).

A segunda denúncia diz respeito às arbitrariedades cometidas pelos vereadores da Câmara, conjuntamente com o medidor da cidade: “[...] davão aos moradores de seismaria os lugares deputados para os terraplenos da muralha, e para os fossos e obras exteriores para os lavrarem, e edificarem cazas com prejuízos da fortificação e defença dessa Cidade.” (AHU-CU, cód. 246, f. 225).

Os registros citados evidenciam a participação do capital Engenheiro Antonio Rodrigues Ribeiro em atividades que envolviam desde o ensino de matérias de sua profissão, desenhos de plantas de edificações religiosas (Mosteiro de São Sebastião da Bahia, Igreja Paroquial de São Gonçalo da Vila de São Francisco do Conde), plantas de cidades, a exemplo da Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, até as próprias edificações militares, nas quais efetuava vistorias de obras. Ao lado dessa atuação, registramos também as denúncias feitas ao Conselho Ultramarino acerca das improbidades administrativas cometidas pelas autoridades da cidade. Deste modo, parece-nos que a referência feita por Viterbo (1904) de que seria de “pouca ciência” é impropriedade e pode decorrer, principalmente, das denúncias que fez. Desta maneira, sendo um profissional que incomodava aos prováveis esquemas de privilégios e corrupção da cidade da Bahia (Salvador), procuravam coloca-lo fora das atividades profissionais e retirá-lo das medições e situações similares.

## Bibliografia

- CHABY, Cláudio. *Synopse dos Decretos Remettidos ao Extinto Conselho de Guerra desde o estabelecimento d’este tribunal em 11 de dezembro de 1640, até a sua extinção decretada em o 1º de agosto de 1834 archivado na archive geral do ministério da guerra e mandado recolher no real archive da Tombo em 22 de junho de 1865.* Trabalho oficialmente elaborado sob a direção do Tenente-Coronel de Infantaria do Exercito Cláudio da Chaby.” Lisboa, Imprensa Nacional, 1872, Volume III – 1667-1706.
- GOULART REIS, Nestor. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000.
- MENDONÇA DE OLIVEIRA, Mario . *As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil.* Salvador: Omar G., 2004.
- ROCHA, O.S.B., D. Mateus Ramalho. Igreja do Mosteiro de São Bento da Bahia: História de sua construção. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 158, n.396, p. 645-738, jul./set. 1997.
- VITERBO, Sousa. *Diccionario dos architectos, engenheiros e constructores portugueses ou a serviços de Portugal.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1904. Vol. II.

## Arquivos

- ADB – Arquivo Distrital de Braga
- CSB – Congregação de São Bento de Portugal
- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
- CU – Conselho Ultramarino
- AMSSBA – Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia
- APEBA – Arquivo Público Estadual do Estado da Bahia
- TT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

